

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Relações Internacionais

Relações Brasil-Japão: o impacto da imigração japonesa no Brasil ao longo de um século e da imigração brasileira no Japão ao longo de duas décadas

Flavia Peixoto Cardoso de Barros

Professor orientador:

Virgílio Arraes

Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

Brasília, março de 2015

RESUMO

Este artigo aborda o desenvolvimento das relações bilaterais entre Brasil e Japão no decorrer de mais de um século da imigração japonesa para o Brasil e ao longo de mais de duas décadas da imigração brasileira para o Japão. Traz exemplos de comércio exterior, influência cultural e cooperação internacional. Conclui que, apesar dos avanços nas relações, reforçadas pela imigração, é preciso aproveitar melhor no Brasil a experiência dos brasileiros que retornam do Japão. Também poderiam ser mais bem aproveitadas no Japão as habilidades dos brasileiros que vão para lá.

PALAVRAS-CHAVE

Poder brando; comércio exterior; cooperação internacional.

ABSTRACT

This article deals with the development of the bilateral relationship between Brazil and Japan during more than a century of Japanese immigration in Brazil and over more than two decades of Brazilian immigration in Japan. It presents examples of foreign trade, cultural influence and international cooperation. And it concludes that despite the progress of this relationship, strengthened by immigration, Brazilians who lived in Japan and are now back in Brazil could contribute more to the country with their experience. The abilities of the Brazilians living and working in Japan could also be much better used.

KEYWORDS

Soft Power; foreign trade; international cooperation.

INTRODUÇÃO

Em 1908, trazidos no navio Kasato Maru, imigrantes japoneses começaram a chegar ao Brasil. Primeiramente, foram levados a São Paulo, para trabalhar nas plantações de café. Com base em dados do Museu da Imigração do estado de São Paulo, até o começo da década de 1970, pelo menos 250 mil japoneses deixaram suas terras para morar em território brasileiro. Segundo o Projeto Incorporado ao Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil, eles formaram colônias também no Paraná, no Mato Grosso do Sul, no Espírito Santo e em estados da Amazônia. Hoje, o Brasil tem no mínimo um milhão e meio de japoneses, contabilizando seus filhos e netos, espalhados por todo o país, conforme ROSSINI (1992).

A história dessa imigração segue interesses de ambos os Estados. De acordo com PEIXOTO (2014, A), no começo do século passado, o Japão, um pequeno arquipélago na Ásia, vivenciava uma situação de alta densidade demográfica que gerava disputa por terras, até porque apenas 20% de seus terrenos eram cultiváveis, por se tratar de um país montanhoso. O agricultor japonês não tinha como estender sua produção.

O Brasil, por outro lado, era um país de tamanho continental que possuía extensas terras com pouca variação climática e incidência quase nula de desastres naturais, fatores importantes para o projeto japonês de produzir matéria-prima para atender suas indústrias e amenizar, ao mesmo tempo, a superpopulação e os conflitos agrários. O governo brasileiro, por sua vez, se interessou pela vinda de colonos japoneses ao longo de mais de seis décadas para atender projetos como mão de obra para as monoculturas de café, algodão e cacau, plantação de seringueira e ainda para o povoamento de seus antigos territórios – hoje, Amapá, Roraima, Acre e Rondônia. PEIXOTO (2014, A).

O processo de imigração foi conduzido e custeado pelo governo japonês em todas as suas etapas, como propaganda, transporte e estabelecimento no país hospedeiro, de acordo com SASAKI (2006). Ainda segundo o autor, entre 1925 e 1934, chegou o maior número de imigrantes japoneses - mais de 120 mil. Em seguida, com a implementação da ditadura nacionalista do Estado Novo no Brasil, a entrada de estrangeiros foi restringida. Mas, em 1953, o fluxo de migração do Japão

ao Brasil foi retomado, com o fim da Segunda Guerra Mundial, que arrasou o país asiático. Já nos anos de 1960, o Japão volta a prosperar e a saída de japoneses para outros países diminui. Em 1973, termina o programa de emigração para o Brasil. SASAKI (2006). E no final da década de 1980 o sentido se inverte: são os brasileiros quem iniciam uma onda migratória para o Japão, segundo MELCHIOR e ASARI (2003).

Este artigo pretende mostrar exemplos de como a vinda de japoneses para o Brasil e a conseqüente e posterior onda migratória de brasileiros para o Japão fomentaram negócios e comércio entre os dois países. Como contribuíram para reforçar a influência cultural de ambos, por meio da divulgação do Brasil no Japão e do Japão no Brasil. Além disso, aborda a contribuição dos imigrantes nas áreas de agricultura, educação, saúde, tecnologia e cooperação em geral. Por outro lado, menciona o surgimento de questões diplomáticas entre Brasil e Japão envolvendo os migrantes. Por fim, faz um balanço de como a migração pode ser uma estratégia benéfica para o relacionamento entre os Estados envolvidos.

O artigo, apesar de abordar a imigração japonesa como um todo no Brasil, destaca contingentes que foram para a Amazônia, especialmente para o estado do Pará, uma vez que este enfoque é menos explorado em estudos acadêmicos. Embora o artigo tenha como ponto de partida o ano de 1908, os dados referentes a intercâmbio comercial entre Brasil e Japão se referem ao período de 2000 a 2015, pois são os disponibilizados pela base de dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

SOFT POWER

1.1 Cultura japonesa no Brasil

Ao longo de mais de cem anos no Brasil, os japoneses introduziram hábitos, criaram associações de divulgação de seus costumes e folclore, implementaram escolas e hospitais, abriram restaurantes, ditaram moda e estimularam a propagação da cultura pop japonesa de revistas em quadrinhos, seriados e desenhos animados. Tudo isso reforçou o *soft power* do Japão no Brasil. Esse ‘poder brando’ é um termo usado no campo das Relações Internacionais para designar a capacidade de um

Estado influenciar outros por meio de sua cultura e ideologia.

O termo foi usado pela primeira vez pelo cientista político norte-americano Joseph Nye. O *soft power* é “a habilidade de conseguir o que você quer por meio da atração, ao invés da coerção ou pagamentos”, NYE (prefácio, 2004). É uma contraposição ao *hard power*, que se refere ao poderio econômico e militar. O *soft power* seria uma segunda face do poder, de acordo com o autor. “Um país deve obter os resultados que deseja nas políticas mundiais porque outros países – admirando seus valores, querendo se igualar a seu exemplo, aspirando seu nível de prosperidade e abertura – querem segui-lo”, NYE (p. 5, 2004).

Mas algo correlato a isso já havia sido teorizado pelo cientista político Antonio Gramsci, quando desenvolveu o conceito de hegemonia para a Itália, chegando ao termo hegemonia cultural. “A consciência de fazer parte de uma determina força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam”, GRAMSCI (p. 21, 1978).

Mais tarde, o conceito de hegemonia foi levado para o campo das Relações Internacionais, onde passou a ser uma soma do *hard power* com o *soft power*. Conforme ARRIGHI (p. 27-28, 1996), a hegemonia mundial “é o poder associado à dominação, ampliada pelo exercício da ‘liderança intelectual e moral’; como enfatizou Antonio Gramsci, com referência à hegemonia no plano nacional”.

Pois bem, o Japão durante os mais de cem anos da imigração de parte de seu povo para o Brasil conseguiu influir em vários aspectos da sociedade brasileira e despertar admiração. Afinal, o Brasil passou a abrigar o maior número de nipônicos fora do Japão. ROSSINI (1992).

No tocante a hábitos alimentares, bem mais que sushis, sashimis, tempuras e yakisobas, os japoneses foram quem trouxeram para os brasileiros o hábito de consumir verduras e legumes.

Em Peixoto, Flávia (2014, A), o pesquisador da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) Amazônia Oriental, Alfredo Roma, em Belém do Pará, conta que, antes da chegada dos colonos japoneses, se consumiam basicamente peixe e farinha de mandioca nos estados amazônicos. “Tanto que havia uma frase, que dizia que o japonês era camaleão, comia muita folha verde”, lembra o pesquisador.

Esse hábito se disseminou por todo o Brasil, fruto da contribuição japonesa e também dos imigrantes italianos que vieram para cá, acrescenta Roma, pois os italianos também consumiam verduras e hortaliças.

SASAKI (2006) destaca que na capital paulista os japoneses se instalaram no entorno da metrópole, onde participaram ativamente da formação do chamado Cinturão Verde, uma área de produção de legumes, verduras e frutas para abastecer São Paulo. A autora ainda ressalta que a presença japonesa foi se institucionalizando ao longo do século passado, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, quando ganharam força em inúmeras regiões do Brasil as entidades associativas nipônicas de cunho cultural, esportivo e outros. A presença dessas associações ganhou visibilidade nas comemorações decenais da imigração japonesa. SASAKI (2006)

Entre os exemplos está a Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira, criada em 1958. Conforme PEIXOTO (2014, B), o presidente dessa associação sediada em Belém, o médico e imigrante japonês Yuji Ikuta explica que a entidade surgiu para unir as comunidades nipo-brasileiras espalhadas por municípios paraenses e por outros estados da Amazônia Legal e adjacentes a essa região do país, como o Piauí. Festividades com dança, música, gastronomia e oficina de artes japonesas como o origami são promovidas por essa associação, que distribui as atividades em calendários anuais. Na sede, em Belém também são oferecidos cursos relacionados ao idioma e à cultura japonesa para brasileiros e imigrantes.

Ligadas direta ou indiretamente a essas associações, também existem as escolas japonesas no Brasil. A diretora do Centro Educacional Kyoko Oti, uma escola japonesa em Belém, conta que pelo menos 65% dos alunos são brasileiros sem qualquer descendência japonesa. PEIXOTO (2014, C). Isso demonstra o *soft power* do Japão no Brasil.

Prova disso é o interesse do publicitário Adalberto Braga da Silva, que estuda no centro educacional na capital paraense. Segundo PEIXOTO (2014, D), o publicitário estuda o idioma asiático há dois anos porque tem como meta trabalhar no Japão, em uma empresa japonesa que se consagrou mundialmente, a Nintendo, do ramo de videogames. A diretora da escola, Kyoko Oti, nasceu na cidade japonesa de Hiroshima e imigrou para o Brasil em 1971, aos 24 anos de idade. Em 1986 abriu o centro educacional, que tem cerca de 600 alunos de educação infantil, educação

fundamental e língua japonesa. PEIXOTO (2014, C).

A exemplo dessas instituições japonesas no Pará e sua influência sobre a sociedade brasileira, em São Paulo, estado que tem a maior concentração de imigrantes dessa nacionalidade, a situação se repete em escala ainda maior. E nas grandes metrópoles, como São Paulo, a influência da cultura pop japonesa é mais presente. Uma delas são os *cosplayers*. “São um grupo de pessoas que se travestem com roupas de personagens de animes (desenhos animados) e mangás (revistas em quadrinhos), isto é, mídias de origem japonesa”. COELHO JÚNIOR e GONÇALVES (2011).

Ainda conforme esses autores, “pode-se dizer que as artes visuais japonesas são muito diversificadas e atrativas. Tanto que, justamente por isto, talvez sejam um dos maiores representantes do Japão como referências de lazer e cultura em conjunto com os *games*”.

Ao recuperar na História o que possibilitou o surgimento da cultura pop japonesa e sua difusão pelo mundo, COELHO JÚNIOR e GONÇALVES (2011) abordam a abertura dos portos do Japão para outras nações no final do século XIX, após duzentos anos de isolamento do ocidente. Isso ocorreu como consequência do expansionismo europeu, que buscava novas fontes de matéria prima, e depois pelo início da industrialização no mundo ocidental.

O Japão acabou cedendo e começou a se relacionar com outros países. Daí vieram também influências culturais de fora, as quais o Japão se adaptou, como é o caso dos mangás, que surgem dessa mescla com o mundo ocidental. Como o Japão seguiu o modelo econômico europeu, o país asiático também buscou se expandir em direção a novos mercados. As massas camponesas foram levadas como imigrantes para nações como o Brasil, um mercado onde a divulgação da cultura japonesa foi também incentivada pelos meios de comunicação de massas. COELHO JÚNIOR e GONÇALVES (2011).

Ainda de acordo com os autores, os primeiros desenhos animados japoneses foram transmitidos no Brasil nos anos de 1970. Já os mangás chegaram aqui na década de 1990. “Foi a mídia em nível nacional quem impulsionou o reconhecimento gradual da cultura japonesa e de seus media. Por sua vez, isto também facilitou a inserção dos imigrantes e seus descendentes. Tanto que, a partir da última década do

século passado, começaram os eventos de *cosplayers* em várias cidades brasileiras”. COELHO JUNIOR (2008) e COELHO JÚNIO & SILVA (2007), APUD COELHO JÚNIOR e GONÇALVES (2011).

Os autores constataam que nesses eventos aqui no Brasil são realizadas competições entre *cosplayers*, disputa de karaokês e de games japoneses. Também há exibição de animes e venda e troca de mangás. Mais adiante, os autores enfatizam que os fãs da cultura popular japonesa passaram a ser chamados de *otakus*, um termo que determina a aproximação entre pessoas por meio dos elementos culturais do Japão moderno. Os instrumentos de mídia dessa cultura estrangeira, conforme os autores, atraem brasileiros de variadas idades e classes sociais.

Segundo PEIXOTO (2014, G), a presidente da Associação Brasileira de Desenhistas de Mangai e Ilustrações, em São Paulo, Cristiane Sato, aborda os movimentos de cultura pop japonesa no Brasil e analisa os mangás.

“Há 50 anos, os quadrinhos eram aquilo que a gente conhecia aqui no ocidente. Mas no Japão um determinado autor chamado Osamu Tesuka adaptou técnicas de cinema e deu uma nova linguagem aos quadrinhos. E ao mesmo tempo, ele também estilizava muito os desenhos dele imitando maquiagem de teatro, alargando os olhos de maneira enorme e até enfeitando com estrelinhas, brilhos dentro e fazendo corpos muito magrinhos. Esse estilo de desenho se tornou muito popular com o passar dos anos e se tornou uma marca registrada do mangá. Surgiram logo depois da Segunda Guerra Mundial. O Japão estava arrasado, a cultura americana entrou com tudo no país, entretanto, os japoneses como eles têm uma cultura muito arraigada, eles simplesmente adaptaram os métodos americanos para os gostos locais. E isso foi o que causou uma enorme popularidade dos mangás em seguida dos animês, que são os desenhos japoneses. E a partir da década de 1980, o ocidente começou a se interessar porque era uma estética nova para os padrões ocidentais e disso veio uma popularidade nos últimos 30 anos enorme, sendo que no Brasil começou primeiro. No início, os mangás chegaram através das livrarias da comunidade japonesa instaladas no Brasil”.

Ainda de acordo com a presidente da Associação Brasileira de Desenhistas de Mangai e Ilustrações, a cultura pop japonesa no universo brasileiro está bastante presente na vida de jovens que não têm descendência, mais até do que na vida dos filhos, netos e bisnetos de japoneses. “Isso se tornou um movimento cultural. Você tem uma enorme multidão de pré-adolescentes e adolescentes que hoje frequentam os eventos de anime, de *cosplay* e que vão a shows de banda de rock e pop e curtem novelas que são todas lá do oriente”, constata.

Outro ramo que o Japão vem conseguindo conquistar no Brasil, com a ajuda de imigrantes como Cristiane Sato, é o da moda. Em São Paulo, segundo Sato, foi criada a Associação Brasileira DJ Fashion para divulgar de forma mais abrangente a

moda japonesa, desde a mais tradicional como os quimonos, até a moda de cultura pop, que inclui estilos já misturados, com influência europeia.

1.2 Cultura brasileira no Japão

Por sua vez, o *soft power* do Brasil em relação ao Japão é menos intenso, mas vem crescendo ao longo dos últimos 25 anos, desde a chegada das primeiras levas de imigrantes brasileiros ao arquipélago asiático. De acordo com PEIXOTO (2013, A), apesar do número de brasileiros e seus descendentes no Japão hoje ser de cerca de 190 mil, um sétimo da comunidade nipônica no Brasil, sua presença e sua cultura não passam despercebidas por lá. Eles se reúnem em inúmeras associações e realizam grandes festas anuais para brasileiros e japoneses nas principais localidades onde residem, na região das cidades de Hamamatsu e Nagoia.

A música é o aspecto da cultura do Brasil mais difundido no Japão, especialmente o samba, a bossa nova e a música popular brasileira, segundo PEIXOTO (2013, B), em que o produtor cultural mineiro Marcos Ramos, residente no Japão há mais de vinte anos, relata que os japoneses gostam tanto de música brasileira que já existe um fluxo de japoneses que vão para a Bahia estudar percussão e para o Rio de Janeiro estudar o movimento carnavalesco do samba. Existe até um bairro em Tóquio chamado Asakusa que tem uma associação de escolas de samba e realiza anualmente, em agosto, um carnaval brasileiro feito por japoneses. O músico e produtor cultural Marcos Ramos conta como ficou sabendo da existência desse evento assim que se mudou para Tóquio.

“Quando eu cheguei no Japão, em 1988, eu fiquei abismado pelo seguinte, porque como músicos, ali no nosso grupo atuando, estava ali vendo os japoneses somente assistindo, daí, não falávamos japonês, aí passa um pouco, termina o show, vêm os japoneses interessados em pegar nos instrumentos, a casa já fechando e eles começam um batuque. Eu não esperava nunca isso. Os japoneses pegaram instrumentos, pegaram o violão, o cavaquinho, bom, enfim, nos enturmamos ali. Quem eram essas pessoas? Os fundadores do Asakusa Samba. Nessa época eles já tinham seis anos de escola de samba, o principal carnaval brasileiro fora do Brasil e maior é o carnaval de Asakusa. E conheci essas pessoas que eram os dirigentes e os fundadores nessa época e comecei a conversar com eles e fomos à casa de um desses músicos também. Chegamos lá e nos deparamos com uma prateleira de música brasileira, eles tinham lá CDs e tinham conhecimento dos compositores, como a música foi composta, quem gravou, quem regravou, qual músico que participou. Eles tinham um conhecimento que nós não tínhamos a respeito, nós sabíamos cantar aquela música mas nós não tínhamos a curiosidade de saber tão a fundo como eles têm esse cuidado”.

A cantora paulistana de MPB Paula Lima é uma das brasileiras que já viajou algumas vezes para o Japão para realizar shows. De acordo com PEIXOTO (2013, C), no primeiro show que a cantora fez no país asiático, 97% do público era de japoneses e apenas 3% de brasileiros. Na segunda vez que cantou no país, 100% da platéia era formada por japoneses. “E conhecedores da nossa música e cantando o refrão, conhecendo nosso trabalho“, relata Paula Lima. Em uma terceira apresentação, no festival de salsa em Tóquio, a cantora brasileira dividiu o palco com bandas de outros países da América Latina. Na ocasião, 80% do público era formado por japoneses, 3% brasileiros e 17% outros latino-americanos. Segundo a cantora, no momento dos autógrafos, “os japoneses, numa fila bem grande, disseram estar emocionados com o que eles tinham ouvido... então, eu acho que essa ligação entre Brasil e Japão é muito forte“.

Além da música, existem outros campos da cultura que começam a ter sucesso no Japão. Uma delas é a capoeira. De acordo com PEIXOTO (2013, D), o capoeirista brasileiro Waldir Rocha, que mora nas proximidades da cidade japonesa de Nagoia, conta que os japoneses gostam muito da capoeira por causa da alegria, do entrosamento e do calor humano por detrás da luta, aspectos típicos da brasilidade.

A gastronomia do Brasil é outro setor que vem ganhando espaço no Japão. Os restaurantes e lojas de produtos alimentícios brasileiros espalhados por cidades japonesas não atendem apenas brasileiros saudosos da culinária da terra natal. Alguns japoneses e imigrantes de outras partes do mundo já têm o hábito de frequentar restaurantes que oferecem comida do Brasil e até mesmo compram azeite de dendê, guaraná e outros itens. Segundo PEIXOTO (2013, E), a imigrante russa Irina Bokareva relata que sempre compra produtos como guaraná em mercados brasileiros em Tóquio.

Uma mescla da culinária, música, dança e de outros elementos da cultura brasileira se faz presente nas maiores festas dessa comunidade de imigrantes no Japão. Uma delas é o Brazilian Day de Nagoia, que costuma reunir um público de 30 mil a 60 mil pessoas, entre brasileiros e japoneses. Conforme PEIXOTO (2013, F), um dos organizadores do evento que já teve nove edições, o mato-grossense Gilson Viana, explica qual é o intuito.

“Trazer para os japoneses a nossa cultura, é mostrar que a gente está aqui no país, que convive em harmonia com todos, mostrar o que a gente faz, o que há de bom, o lado do brasileiro que vem pra cá, não é só trabalho, pode se divertir, pode vir para uma festa, pode fazer um evento em local público juntamente com os japoneses...eles vêm, olham, observam, a gente mostra a cultura, mostra a dança, mostra a música, a comida brasileira, então eles acabam vindo, olhando, sentando, trocando ideia, comendo, escutando um som diferente e acabam se entrosando com os brasileiros”.

Tudo isso reforça a ideia do *soft power*, muito associada ao conceito contemporâneo da Economia Criativa. De acordo com a definição adotada pela Secretaria da Economia Criativa do Brasil, vinculada ao Ministério da Cultura, o termo se refere ao apoio e ao fomento aos profissionais e aos micro e pequenos empreendimentos criativos, contribuindo para que a cultura se torne um eixo estratégico nas políticas públicas de desenvolvimento do Estado.

Segundo HOWKINS (p. 5, 2002), autor desse conceito, “um produto criativo é um bem econômico, serviço ou experiência resultante da criatividade, cujo valor econômico principal é baseado na criatividade”.

Conforme MARCHI DE (2014), nos últimos anos esse conceito vem sendo adotado por diversos Estados e organizações internacionais:

“Implícita em seu conceito está uma perspectiva que rearticula a relação entre cultura, economia e sociedade. Partindo do princípio de que a criatividade tornou-se a chave para a promoção de um novo desenvolvimento, socialmente inclusivo, ecologicamente sustentável e economicamente sustentado, propõe-se fomentar diferentes setores produtivos que possuem como denominador comum a capacidade de gerar inovação a partir de um saber local, agregar valor simbólico a bens e serviços, além de gerar e explorar direitos de propriedade intelectual”.

Dessa forma, a Economia Criativa brasileira estaria conquistando espaço no Japão. Afinal, as atividades culturais brasileiras lá desenvolvidas não apenas impulsionam o *soft power* do Estado brasileiro, mas também contribuem para gerar renda.

COMÉRCIO EXTERIOR, NEGÓCIOS E REMESSAS

1.1 Do Japão para o Brasil

A primeira e uma das maiores contribuições do Japão à economia brasileira foi no campo da agricultura. Até hoje, produtos agrícolas que os colonos japoneses ajudaram a cultivar e até mesmo introduziram por aqui constam entre os cem principais itens da pauta de exportação brasileira para o Japão, o que pode ser

verificado na base de dados do MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil.

De acordo com PEIXOTO (2014, A), o pesquisador Alfredo Roma, da Embrapa Amazônia Oriental, explica que a imigração japonesa foi responsável pela introdução de pelo menos duas grandes culturas agrícolas no Brasil.

Uma delas foi a juta, uma fibra têxtil vegetal que até então o Brasil importava em grandes quantidades da Índia para ensacar o café de exportação. Segundo Roma, trazida da Índia quando o navio que levava japoneses ao Brasil atracou naquele país, a produção de juta no Amazonas e no Pará contribuiu com mais de um terço do Produto Interno Bruto da Amazônia Brasileira nas décadas de 1950 e 1960, quando empregou 70 mil famílias em sua lavoura.

Além disso, a juta plantada por japoneses foi o ponto de partida do processo de industrialização da Amazônia, por causa da tecelagem da fibra. Dessa forma, além de tornar o Brasil auto suficiente nesse produto, ainda deu o pontapé inicial para a criação da Zona Franca de Manaus e foi uma das salvaçãoes da economia da região amazônica após a crise da borracha. PEIXOTO (2014, A).

Outra importante contribuição, também trazida por japoneses da Índia, foi o cultivo de pimenta do reino no Brasil. Ainda conforme o pesquisador da Embrapa, diferentemente da juta, que entrou em declínio nos anos de 1970 por causa da fibra sintética, a pimenta do reino tem relevância até hoje para a economia brasileira. Em 2013, o produto correspondeu a mais de 200 milhões de dólares no total das exportações do Pará, embora seu apogeu tenha sido na década de 1970, quando representava 35% do comércio exterior do estado. Hoje, equivale a 1 %, não porque tenha diminuído a produção, mas porque os setores madeireiro e de mineração ganharam espaço.

De acordo com o MDIC, as pimentas brasileiras são o centésimo item na pauta de exportação para o Japão e somente nos dois primeiros meses de 2015 já contabilizaram mais de 155 mil dólares em vendas para o país asiático.

As pesquisas da Embrapa Amazônia Oriental ainda revelam que foram os japoneses quem introduziram no país as lavouras de mamão havaí, na década de 1970. “Antes, a gente comia aqueles mamões grandes e hoje a gente passou a comer aqueles mamões individuais”, comenta o pesquisador Alfredo Roma. Hoje, o Espírito

Santo é o maior produtor e o maior exportador desse tipo da fruta no Brasil.

Ainda conforme PEIXOTO (2014, A), também bem sucedida é a atual experiência dos chamados sistemas agroflorestais na cidade pareense de Tomé-Açu, onde começou a imigração japonesa para o estado em 1929. Em 1957, uma doença atacou as pimenteiras de Tomé-Açu e com isso, os pés de pimenta que duravam até 20 anos passaram a durar 8 anos. Então, a saída encontrada pelos japoneses foi plantar junto com a pimenteira outras plantas perenes da biodiversidade amazônica, como a castanheira e o açazeiro.

Dessa forma, quando a pimenta morria, os imigrantes já tinham um pomar plantado para lucrar com a safra de outros cultivos também. Isso ficou conhecido como sistemas agroflorestais de Tomé-açu, que conforme a Embrapa Amazônia Oriental, hoje, além de atrair delegações de outros países sul-americanos para a transferência desse modelo, abriu um novo mercado internacional: o do açaí. Atualmente, o Japão está entre os três maiores compradores de açaí, segundo a unidade da Embrapa em Belém.

Já no estado de São Paulo, um exemplo da contribuição da imigração japonesa está no município de Bastos, que se tornou o maior produtor de ovos da América Latina. Segundo PEIXOTO (2014, H), o engenheiro agrônomo Isidoro Yamanaka, nascido em Bastos e filho de japoneses, conta que, ao introduzirem o cultivo de tangerina ponkan, os imigrantes começaram a criar galinha pela necessidade de adubo orgânico.

Como consequência, não só a produção de ovos ganhou destaque mas também o Japão é um dos grandes compradores de pedaços de carne de aves brasileiras, que constituem o segundo item da pauta importadora japonesa. Em janeiro e fevereiro de 2015, de acordo com o MDIC, o Brasil já comercializou mais de 110 milhões de dólares para o Japão, referentes à carne de galinhas e galos.

Hoje, o grande pilar das exportações brasileiras, a soja, também foi introduzida no país por japoneses. Segundo outra unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa Soja, o Brasil é o segundo maior produtor mundial do grão. Começou a cultivá-lo logo com os primeiros imigrantes japoneses, no começo do século passado. Mas, devido à prioridade do cultivo do café na época, foi apenas na década de 1970 que a soja ganhou espaço.

Conforme PEIXOTO (2014, H) e também segundo reportagem da revista Carta Capital, no início dos anos 70, o então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, embargou provisoriamente as exportações de grão e farelo de soja. Diante disso, o Japão passou a investir ainda mais em produção de alimentos no Brasil, especialmente na soja, que os japoneses adotaram como alimento básico depois do arroz. Em 1979, foi assinado o Projeto de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados, com o objetivo de tratar as terras áridas do cerrado brasileiro e assim viabilizar a produção de soja na região centro-oeste.

Com a soja, para dar suporte à produção e à exportação vieram grandes corporações japonesas, como o estaleiro Ishikawajima (pertencente à multinacional IHI Corporation do Japão), que até hoje fomentam grandes investimentos no Brasil. Em 2013, segundo reportagem do jornal o Estado de São Paulo, a IHI comprou 25% do estaleiro Atlântico Sul em Pernambuco. O aporte foi de 207 milhões de Reais e também prevê transferência de tecnologia japonesa.

Conforme PEIXOTO (2014, E), nos anos 70 e 80, superada a crise causada pela Segunda Guerra Mundial, o Japão crescia 10% ao ano e investia na infraestrutura brasileira, para alavancar o Brasil também como grande produtor de alumínio e minério de ferro e assim contribuir para estabilizar os preços de produtos primários no mercado internacional.

Enfim, do começo do século passado até os dias atuais, Brasil e Japão construíram uma forte relação comercial associada à vinda de imigrantes japoneses para cá. Hoje, por exemplo, destacam-se os investimentos do Japão na mineração brasileira. Uma das parcerias é a Albras – Alumínio Brasileiro S.A., instalada no município de Barcarena, no Pará, estado que tem a terceira maior colônia japonesa do Brasil após São Paulo e Paraná, respectivamente.

A Albras foi criada em 1985 por meio de uma associação da Companhia Vale do Rio Doce com a Nippon Amazon Aluminium (NAAC). Conforme o Instituto Brasileiro de Mineração, em 2010, a brasileira Vale vendeu sua parte da Albras para uma empresa norueguesa, mas o consórcio japonês mantém suas ações, com foco na exportação de alumínio do Pará para o Japão.

De acordo com dados do MDIC, em 2014, o intercâmbio comercial do Brasil com o Japão superou a marca dos 454 bilhões de dólares, se mantendo na média dos

últimos três anos. Os principais produtos que o Brasil exporta para o Japão são minério de ferro, alumínio e alimentos como carne de aves, café, milho e suco de laranja. E os produtos que o Japão mais exporta para o Brasil são automóveis e peças automobilísticas, trilhos de aço e peças para motocicleta.

Aliás, atualmente, outro segmento crescente é a produção, na Zona Franca de Manaus, de motocicletas da marca japonesa Honda, segundo PEIXOTO (2014, E). Além das mercadorias para o mercado interno e para a exportação das empresas japonesas do ramo eletroeletrônico, como a Panasonic, a Mitsubishi e Sony, que também possuem plantas industriais na capital amazonense.

Ainda de acordo com PEIXOTO (2014, E), Reiko Muto, professora da Universidade Federal do Pará, especialista em comércio exterior, destacou que o interesse econômico do Japão em se fazer presente em Manaus inclui o atendimento a mercados de países que fazem fronteira com estados amazônicos do Brasil, como a Colômbia, o Peru e a Bolívia. Reiko Muto, que veio do Japão para o Brasil aos 4 anos de idade e também trabalhou 25 anos como aduaneira na Receita Federal do Brasil, teceu considerações sobre a importância do imigrante japonês como mediador das relações comerciais entre os dois países.

“Certamente, o fato de ter aqui a comunidade de japoneses facilita muito as relações comerciais. Primeiro, porque os imigrantes são agentes indutores dessas empresas aqui no Brasil, seja na Amazônia, seja em São Paulo. São os imigrantes que são elos para a fixação dessas indústrias aqui, como também de qualquer agente comercial. O imigrante, além de ser o intérprete, ele conhece muitas vezes a disponibilidade de recursos, as oportunidades de negócios da região, então ele facilita bastante a vinda das indústrias para cá, do comércio japonês para cá”.

Atualmente, segundo o MDIC, o Japão é o segundo parceiro comercial do Brasil na Ásia – depois da China - e sempre está entre os dez maiores parceiros do Brasil no mundo. Hoje, é o quinto parceiro internacional do Brasil. Em agosto de 2014, duas semanas depois da visita do presidente chinês ao Brasil, o premiê japonês, Shinzo Abe, esteve no país latino-americano e anunciou que pretende firmar um acordo de livre comércio com o Mercosul, segundo o Ministério de Relações Exteriores e a Câmara de Comércio e Indústria Japonesa do Brasil.

1.2 Do Brasil para o Japão

Há também a corrente inversa: a de japoneses residentes no Brasil e seus filhos e netos nascidos aqui que resolvem passar um tempo no Japão para ganhar dinheiro, principalmente nas fábricas de lá. Ainda existem aqueles que se dedicam à música e culinária brasileira no Japão e a empregos em comércios de produtos brasileiros no país asiático.

O movimento contrário começou durante os anos de 1980 e ganhou força na década seguinte com a mudança das leis migratórias japonesas para receber trabalhadores imigrantes descendentes de japoneses. LASK (2000) destaca que o Japão conseguiu adiar a necessidade de mão de obra imigrante até os anos oitenta, ao contrário dos países europeus que tiveram que recorrer a eles já na década de sessenta:

“Mas, o fato da sociedade japonesa envelhecer e a constatação que os jovens japoneses não queriam mais aceitar um trabalho braçal e pesado forçou o governo japonês a abraçar a ideia de uma mão de obra imigrante. A reticência japonesa ao uso da mão de obra estrangeira era justificada com base na experiência europeia, onde a maior parte dos imigrantes acabou de se instalar definitivamente no país hospede e se tornou uma fonte de tensões sócioeconômicas e políticas. (Sellek, 1997). As leis japonesas são muito restritivas em relação à imigração e à permissão de trabalho para não japoneses. Os nikkeijin, quer dizer os descendentes da emigração japonesa entre 1868 e 1973 particularmente na América Latina - o Brasil e o Peru -, representam o único grupo de pessoas que sempre tiveram a permissão imediata de trabalhar no setor braçal e de trabalhos não qualificados no Japão, desde que estivessem de posse de um passaporte japonês. (Sellek, 1997)”.

Ainda segundo LASK (2000), a partir dessa necessidade, o Japão então tratou de conceder a autorização para o ingresso dos filhos e netos de japoneses que até então não possuíam passaporte do país asiático.

Do ponto de vista do que acontecia no Brasil, havia interesse por parte de brasileiros em migrar. SASAKI (2006) lembra que enquanto o Brasil vivia uma crise econômica nos anos 80, o Japão era um dos países mais prósperos do mundo. Dessa forma, emigrar para o país de seus ancestrais passou a ser uma alternativa para esses brasileiros. “Não são os pobres que emigram ao exterior, mas uma classe média que tem tentado manter ou elevar seu padrão de vida”, ressalta a autora. A intenção era trabalhar temporariamente para retornar enriquecido ao Brasil. Mas, muitos acabaram adquirindo o visto permanente e se estabelecendo por lá. No entanto, como destaca a autora, “muitos brasileiros ainda ficam divididos entre os dois países, onde transitam entre facilidades e dificuldades sem muita clareza em saber qual é o seu

lugar”.

Conforme PEIXOTO (2013, A), mesmo diante dessa indecisão, alguns brasileiros até conseguiram montar seus próprios negócios associados à venda de produtos brasileiros em cidades japonesas. E sejam pequenos empresários ou trabalhadores de fábricas, enquanto estão no Japão, seja temporariamente ou permanentemente, enviam dinheiro para seus parentes no Brasil, fator estimulante para a economia brasileira.

Segundo reportagem do jornal O Estado de São Paulo de 14 de fevereiro de 2014, no começo da década passada, essas remessas de brasileiros no Japão representavam 40% do total enviado por brasileiros residentes no exterior. No entanto, ainda segundo a matéria publicada, com base em dados do Banco Central, por causa da crise financeira mundial, essa contribuição caiu para 14%. Entre 2008 (quando começou a crise) e 2013, a ajuda financeira de trabalhadores que vivem no Japão a seus familiares no Brasil encolheu 60%. Há quase 20 anos, as remessas anuais de brasileiros no Japão eram de 935 milhões de dólares, enquanto em 2013 foi de 281 milhões de dólares, conforme a reportagem.

Com o desemprego gerado pela crise, cerca de 150 mil dos 350 mil brasileiros que viviam no Japão voltaram para o Brasil de 2008 para cá, com passagens financiadas pelo governo japonês. Quem retorna, os chamados *dekasseguis*, geralmente trazem sua poupança de anos de trabalho do outro lado do mundo para abrir um negócio no Brasil. PEIXOTO (2013, A).

Entretanto, destaca-se que, boa parte deles não tem êxito, segundo pesquisa desenvolvida na Universidade Federal do Pará por José Augusto Lacerda, doutor em Desenvolvimento Sustentável. PEIXOTO (2014, F).

Em sua tese de doutorado, José Augusto Lacerda estudou casos bem sucedidos de brasileiros retornados do Japão a partir do ano 2000 para o estado do Pará. De acordo com a tese, o que condicionou o sucesso dos negócios que abriram no Brasil foi o planejamento, ou seja, as pessoas foram para o Japão sabendo quanto tempo iriam ficar lá, quanto dinheiro queriam juntar e que tipo de negócio abririam ao retornar.

Normalmente, planejavam implantar micro e pequenas empresas de ramos com os quais algum parente no Brasil já tinha experiência. A mão de obra empregada

nos negócios abertos aqui é familiar, os próprios parentes que trabalham, o que representa uma vantagem competitiva. Em média, essa minoria que teve sucesso ao retornar ficou de 3 a 5 anos no Japão e voltou até 2007, antes da crise eclodir. Migraram na faixa etária de 30 anos, com força física para suportar 14 horas de trabalho nas fábricas japonesas e ao mesmo tempo com maturidade para não sucumbir ao apelo do consumo tecnológico no país asiático. PEIXOTO (2014, F).

Outro diferencial entre os bem sucedidos é que eles são de segunda geração, o que quer dizer que são filhos de japoneses e, portanto, sempre tiveram contato com o idioma. O conhecimento da língua capacitou essas pessoas a subirem na hierarquia de empresas no Japão e a se tornarem supervisoras, o que lhes rendeu um ganho salarial maior. PEIXOTO (2014, F).

Pesquisas como essa podem potencializar para a economia do Brasil a experiência de brasileiros retornados do Japão. Outro fator positivo, além da abertura de pequenas empresas, é que uma parte deles consegue fazer faculdade no Brasil graças ao dinheiro que poupou no Japão, aponta o estudo desenvolvido na Universidade Federal do Pará.

COOPERAÇÃO

1.1 Iniciativas japonesas

A imigração não apenas fomentou as relações comerciais e a troca cultural entre Japão e Brasil, mas também gerou cooperação internacional em várias áreas. De acordo com a Agência Brasileira de Cooperação, a cooperação técnica internacional é um instrumento de desenvolvimento, para ajudar países a implementar mudanças estruturais nos campos social e econômico. Por meio dela, os Estados transferem e compartilham conhecimentos, “por intermédio do desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais, com vistas a alcançar um salto qualitativo de caráter duradouro”.

A educação é uma das áreas de cooperação entre Brasil e Japão. Segundo PEIXOTO (2014, C), Kyoko Oti, diretora de escola japonesa em Belém, relata que os estudantes universitários brasileiros que cursam o idioma japonês têm a finalidade de ganhar bolsa para estudar no Japão. Ela conta que o país natal dela oferece

oportunidades de especialização, mestrado e doutorado para brasileiros. “Medicina, publicidade e engenharia têm muita oportunidade. Então vale à pena aprender japonês e inglês e depois fazer a prova para ganhar bolsa de estudo”, destacou a diretora.

Kyoko Oti acrescenta que a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) tem enviado para a escola dela em Belém professores japoneses de ensino fundamental, com o intuito de reforçar o aprendizado do idioma asiático no Brasil.

Conforme PEIXOTO (2013, G), o médico paraense George Henrique Ito, descendente de japoneses, conta que foi para Tóquio há 13 anos a convite do vice-presidente japonês da Federação Mundial de Neurocirurgia para fazer pesquisa com célula tronco na Universidade de Keio. “E atualmente eu trabalho como médico aqui, eu revalidei o diploma e eu trabalho como médico pesquisador nesse ramo de células tronco”.

No campo da saúde, um dos exemplos de cooperação japonesa com o Brasil mediada por imigrantes que aqui se instalaram veio da Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira. Conforme PEIXOTO (2014, B), o presidente dessa associação sediada em Belém, o médico Yuji Ikuta, lembra como imigrantes japoneses como ele construíram um importante hospital na capital paraense, com a cooperação do governo e de entidades do Japão:

“Tinha um pequeno posto médico dentro da Associação Pan Amazônia para cuidar da saúde. Esse pequeno ambulatório médico foi crescendo, foi crescendo, hoje se tornou a beneficência nipo-brasileira dentro da Amazônia, que é uma outra instituição que representa a área da saúde, mantenedora de dois hospitais. Um deles é o Hospital Amazônia, em Belém. É um hospital peculiar porque nós temos 40 médicos descendentes de japoneses de um corpo clínico de 170 médicos e 350 funcionários. Na época, década de 70, não tínhamos médicos nisseis, era muito difícil. Então o que o governo japonês fez pra ajudar toda a comunidade japonesa espalhada na nossa região? Trazer do Japão médicos, mas aí não eram habilitados, o governo brasileiro concedeu que eles fossem médicos facultativos pra poder atender a colônia japonesa. Eles faziam caravana médica em todas as regionais. Esse pequeno ambulatório foi crescendo, foi crescendo, e hoje é o hospital Amazônia. Então acho uma história muito interessante e que saiu da própria Associação Pan Amazônia”.

Outra atuação é na área de meio ambiente. A Agência de Cooperação Internacional Japonesa realizou, por exemplo, entre 2007 e 2012, o Projeto de Gestão e Uso Sustentável de Florestas Naturais na Amazônia. O projeto foi uma parceria com o Brasil, por meio do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), voltado para a capacitação em manejo florestal. Foram capacitados representantes de

instituições ligadas ao uso de recursos da floresta amazônica, que se tornaram multiplicadores do conhecimento adquirido, fortalecendo a orientação técnica para produtores e comunidades.

Outra iniciativa em meio ambiente que conta com a cooperação técnica da japonesa JICA está sendo implementada no estado do Tocantins. É o Projeto Corredor Ecológico da Região do Jalapão, um projeto do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, em parceria também com o Instituto Natureza do Tocantins e com o governo estadual. Os principais objetivos dessa cooperação são estabelecer um corredor ecológico para reforçar a preservação dos ecossistemas naturais, promover a integração entre as unidades de conservação e a população local, bem como estimular o desenvolvimento sustentável na região do Jalapão.

A JICA ainda coopera com o Brasil em muitas outras áreas. Conforme ANDREOLLA (2013), em reportagem veiculada pela TV Brasil, Mauro Inoue, coordenador de projetos da JICA no Brasil, explica que a agência de cooperação japonesa tem um programa de envio de funcionários públicos brasileiros ao Japão para capacitação e atualização de conhecimentos técnicos. Cerca de cem brasileiros vão anualmente fazer esses cursos de curto prazo (três a seis meses) nas mais variadas áreas, como saneamento, indústria e transmissão de TV. “É uma cooperação de duas vias, porque os japoneses também aprendem com os brasileiros”, salienta Inoue.

A oferta é de 340 cursos e requer o preenchimento de um formulário a ser analisado pela JICA e pelo Itamaraty, segundo o coordenador de projetos da agência no Brasil. Os cursos são oferecidos em inglês e alguns deles em espanhol. Esse programa existe há cinquenta anos ao longo dos quais mais de dez mil brasileiros já foram enviados ao Japão por meio dele. Existe dentro do programa uma modalidade específica para brasileiros descendentes de japoneses. ANDREOLLA (2013)

No Japão, nas cidades onde existe grande concentração de brasileiros, os órgãos públicos japoneses, como prefeituras, tribunais e escolas, contratam intérpretes para prestar assistência a esses imigrantes. PEIXOTO (2013, H)

Uma cooperação japonesa que ganhou destaque em relação aos brasileiros residentes no país asiático foi desencadeada a partir da crise financeira internacional de 2008, que fez com que as fábricas lá demitissem muitos imigrantes. O governo

japonês lançou então em 2009 um programa de auxílio para retorno a seu país, direcionado a descendentes de japoneses que estavam desempregados. A ajuda de retorno foi de 300 mil ienes, o que equivale hoje a pouco mais de oito mil reais. Conforme PEIXOTO (2013, H), a imigrante brasileira Vanessa Handa, no Japão há 23 anos, relata como foi na época:

“O atendimento de brasileiros não somente nos consulados, mas também nas repartições públicas japonesas, eram filas intermináveis, então, eram problemas sem soluções imediatas. O governo japonês foi muito rápido, eles organizaram uma espécie de ajuda para as pessoas que estavam aqui no Japão, que não tinham condições de permanecer no Japão mas que gostariam de retornar ao Brasil. Na época da crise, muitas pessoas retornaram para o Brasil com a ajuda do governo japonês, pelo fato de não conseguirem permanecer aqui, não havia emprego, não havia moradia, então foram realizadas campanhas para ajudar vários brasileiros que estavam morando debaixo da ponte, estavam morando em cabanas nas praias”.

Em setembro de 2013, mais recuperados da crise, o governo japonês anunciou a liberação do visto de reentrada de estrangeiros que se beneficiaram da ajuda de retorno ao país de origem, segundo a agência de notícias para brasileiros no Japão Alternativa Online, que publicou o documento do governo japonês. Dessa forma, brasileiros que regressaram e não conseguiram se readaptar ao Brasil, passaram a ter mais uma chance no Japão, desde que já tivessem conseguido um contrato de no mínimo um ano no país asiático.

1.2 Iniciativas brasileiras

Assim como existem escolas japonesas no Brasil, a imigração de brasileiros para o Japão requereu a instalação de escolas brasileiras por lá. A viabilização disso foi fruto de negociações entre governos, que resultaram da cooperação entre os dois países. Hoje, o Japão é o único país no mundo onde existe escola autorizada pelo Ministério da Educação do Brasil.

De acordo com PEIXOTO (2013, I), a presidente da Associação das Escolas Brasileiras no Japão (AEBJ), Maria Shizuko Ioshida, paulistana, filha de japoneses, explica que essa solução foi utilizada pela cooperação porque “é muito difícil o ingresso, não só na universidade, como no segundo grau do sistema japonês. A dificuldade está no idioma propriamente dito”. Ela afirma que a grade escolar é idêntica a do Brasil, tendo como complemento o ensino do idioma japonês. “Então elas estudam enquanto seus pais trabalham aqui e quando elas voltam para o Brasil,

elas podem continuar normalmente seus estudos. Isso considerando as escolas que já obtiveram o credenciamento, a homologação do Ministério da Educação” Até a crise financeira internacional de 2008, conforme a presidente da AEBJ, existiam 110 estabelecimentos brasileiros de ensino em todo o Japão. Em 2013, esse número caiu para 65 escolas, onde estudam quatro mil filhos de brasileiros.

Devido à dificuldade de ingresso de imigrantes brasileiros nas universidades japonesas, a Universidade Católica de Brasília (UCB) abriu um polo de Educação à Distância no Japão, em 2006. De acordo com PEIXOTO (2013, J), o coordenador da UCB no país asiático, Miguel Kamiunten, imigrante brasileiro descendente de japoneses, afirma que até setembro de 2013, 80 alunos de graduação e 15 alunos de pós-graduação foram formados pela instituição no Japão e que outros 150 estudantes estavam cursando naquele momento a graduação e as especializações no polo japonês. Os encontros presenciais acontecem três vezes por semestre na capital, Tóquio, ou na cidade de Nagoia. “A maioria conclui o curso aqui e retorna para o Brasil”, constata Kamiuntem.

Outros utilizam o curso como ferramenta de trabalho no Japão. É o caso da psicopedagoga brasileira Gisele Aoki, há oito anos no Japão. Conforme PEIXOTO (2013, K), ela se graduou em Pedagogia pelo ensino à distância da Universidade Católica de Brasília no Japão, onde também cursou duas pós-graduações. Aoki, que pretende continuar morando no Japão, relata que seu objetivo é “ajudar pequenos brasileiros que vivem aqui a ter uma educação de qualidade, tanto para se inserirem na sociedade japonesa quanto para se um dia quiserem retornar ao Brasil e também terem o seu lugar”.

Outro acordo trabalhado pelo Brasil com o Japão culminou na implantação de um Espaço do Trabalhador do Brasileiro, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) na cidade japonesa de Hamamatsu, em dezembro de 2012. Segundo PEIXOTO (2013, H), uma das atendentes do Espaço, a brasileira Vanessa Handa, destaca que o Espaço é o único fora do Brasil:

“Nós damos muito valor a ele porque foi muito difícil implantá-lo fora do Brasil. Existe um na divisa da fronteira do Paraguai, mas fica do lado brasileiro, dentro do Brasil. Esse trabalho de assistência aos trabalhadores brasileiros no exterior é apenas aqui em Hamamatsu. Então, nós damos muito crédito ao cônsul aqui de Hamamatsu por ter conseguido trazer esse projeto para cá, porque os brasileiros realmente precisam desse apoio. O Espaço serve não apenas como ponte para informações do Japão, mas principalmente como um centro de apoio para o

Brasil. Porque até então, o trabalhador brasileiro não tinha a que recorrer para buscar informações de trabalho sobre o Brasil. O trabalhador brasileiro hoje que queira retornar para o Brasil pode entrar em contato conosco que nós mostramos as ferramentas, onde esse trabalhador pode procurar emprego e pode e qualificar”.

O Espaço do Trabalhador Brasileiro em Hamamatsu é uma parceria do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Atende imigrantes que vivem em todas as cidades do Japão. Em Tóquio e em Nagoia, são realizados atendimentos itinerantes nos consulados, enquanto nas demais cidades são feitos via telefone e internet. Atualmente, uma das principais demandas, segundo Handa, diz respeito às normas trabalhistas japonesas. “Muitos brasileiros aqui no Japão ainda desconhecem as normas trabalhistas daqui, muitos ainda confundem o sistema trabalhista do Brasil com o do Japão, que é totalmente diferente, a lei aqui é totalmente diferente”, constata Handa. Para auxiliar nesse sentido, O Espaço do Trabalhador Brasileiro em Hamamatsu oferece assessoria jurídica uma vez por semana. Um dos advogados é japonês, especialista em leis trabalhistas, e o outro é brasileiro, que compara as leis no Japão às leis do Brasil, segundo Handa.

“Aqui no Japão existem as leis trabalhistas, porém, devido à diferença cultural, muitos japoneses, a cultura dos japoneses não é correr muito atrás dos seus direitos, então mesmo que ele tenha, por exemplo, direito a férias remuneradas, ele sabe que se ele solicitar aquelas férias remuneradas ele pode atrapalhar o desenvolvimento da empresa, então ele não pede. Já os brasileiros ou qualquer outro estrangeiro, ele tem direito então ele quer usufruir daquele direito dele, então, muitas vezes a própria empresa não entende porque aquele brasileiro quer porque quer utilizar aquele direito das férias remuneradas”.

No *ranking* de problemas relacionados às normas trabalhistas no Japão, os acidentes de trabalho e as doenças derivadas do trabalho estão no topo. Existe um desconhecimento do trabalhador brasileiro, por exemplo, conforme Handa, de que todas as empresas japonesas têm um seguro obrigatório que devem acionar quando um funcionário sofre um acidente nas fábricas.

“Dentro do nosso atendimento, recebemos consultas de pessoas que já retornaram para o Brasil, sofreram acidente de trabalho aqui, não conseguiram o seguro pois não tinham essas informações. E por não conseguirem trabalhar após o acidente foram embora para o Brasil. Chegando no Brasil, são pessoas inválidas, pois não conseguem trabalhar, elas não têm assistência social ou não pagaram previdência, então não têm como se sustentar. Então nós recebemos também do Brasil consultas sobre de que maneira elas poderiam agir, o que elas poderiam fazer para reaver os seus direitos. O trabalhador brasileiro não precisa depender da empresa para recorrer aos seus direitos, ele mesmo bem informado ele pode procurar o

escritório responsável por isso e dar entrada, no caso num seguro contra acidente. Então, são esses tipos de informações, esses esclarecimentos, que nós prestamos aqui. Na verdade assim, nós não podemos dar entrada ou fazer o requerimento para o consulente, para esse trabalhador, o nosso papel é esclarecer com detalhes, que muitas vezes ele não consegue esse esclarecimento detalhado dos órgãos, por mais que ele vá nos órgãos japoneses ele não consegue receber essa informação detalhada”.

Para se ter uma ideia da demanda, entre dezembro de 2012 e julho de 2013, o Espaço do Trabalhador Brasileiro em Hamamatsu atendeu cerca de 1200 pessoas. Desses atendimentos, 76% são assuntos relacionados ao Japão, seja sobre leis trabalhistas, sobre pensão, sistema previdenciário. E 24% assuntos relacionados ao Brasil. Assuntos relacionados ao Brasil são principalmente a respeito de mercado de trabalho no Brasil para pessoas que querem retornar. “Muito diferente de antes, as pessoas estão procurando se informar mais, como está a área que quer atuar no Brasil, ou seja, qualificação, procura por emprego, abertura do próprio negócio”, comenta Handa.

Ela explica que esse grupo de interessados precisa ser dividido em 3 e para cada um deles há uma atuação, coordenada com a ajuda do Itamaraty e do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil. Um grupo é formado por jovens na faixa de 20 anos que na maioria das vezes nasceu no Japão e sequer conhece o Brasil. Outro por brasileiros na faixa etária de 30 a 40 anos, que vieram crianças ou adolescentes para o Japão, hoje têm filhos e não podem ganhar qualquer remuneração no Brasil por terem uma família para sustentar. E um terceiro grupo é constituído por brasileiros que vieram na faixa dos 30 anos e hoje estão com 50 a 60 anos, defasados do mercado de trabalho, do estilo de vida no Brasil e de olho na aposentadoria.

No campo da previdência, Brasil e Japão celebraram um acordo bilateral que representou uma grande conquista da diplomacia brasileira. Desde março de 2012, a aposentadoria é assegurada aos trabalhadores de qualquer um dos países que vai trabalhar no outro. Desta forma, para fins de aposentadoria, o tempo de trabalho de um brasileiro que vive no Japão é válido no retorno dele ao Brasil, por exemplo. Cada país banca a parte relativa ao tempo do trabalhador em seu país. O formulário para ter direito ao benefício está disponível inclusive na página do Ministério da Previdência Social do Brasil na internet.

“A totalização do tempo de contribuição é o objeto principal do acordo, isto é, os cidadãos que trabalham no Brasil e no Japão poderão somar os períodos de cobertura nos dois países

para usufruírem dos benefícios previdenciários. Aposentadoria por idade, pensão por morte e aposentadoria por invalidez são os principais benefícios abrangidos pelo acordo. O cálculo do valor da aposentaria por idade e dos tempos mínimos para ter direito ao benefício é feito levando-se em consideração, proporcionalmente, o tempo de contribuição em cada um dos países. Para se aposentar no Brasil, no caso da aposentadoria por invalidez, são necessárias 12 contribuições anteriores, qualidade de segurado e comprovação da invalidez. Quanto à pensão por morte, apenas a qualidade de segurado. Para requerer os benefícios no Brasil, basta comparecer a uma das 1.262 Agências da Previdência Social, munido da documentação necessária, e preencher o formulário específico. A análise e a conclusão do pedido caberão à Agência da Previdência Social de Acordo Internacional São Paulo. Em território nipônico, o interessado pode comparecer a qualquer das mais de 300 agências do Serviço de Pensão do Japão. Os pagamentos serão realizados pelo Brasil e pelo Japão, na proporção que cabe a cada país, sempre na moeda nacional correspondente, considerando-se a residência atual do segurado. Serão considerados períodos de cobertura completados antes da entrada em vigor do acordo. A aplicação do acordo não resulta em qualquer redução do valor de benefício assegurado antes de sua vigência. O acordo prevê, ainda, o deslocamento temporário, que permitirá isenção de contribuição previdenciária no país de destino, estando o trabalhador sujeito à legislação do país de origem e evitando-se, assim, a bitributação. O período máximo do certificado de descolamento temporário é de cinco anos, prorrogáveis por mais três anos. O deslocamento temporário está previsto para empregados de empresas e trabalhadores que exercem atividades por conta própria. Além de ser uma conquista social de trabalhadores brasileiros e japoneses, em sintonia com o objetivo de universalização da proteção social - no qual o Brasil e diversos outros países concluem tratados internacionais bilaterais e multilaterais para aumentar a cobertura da proteção social -, o acordo serve para reforçar os já intensos laços políticos, econômicos, culturais e de amizade entre as duas nações". (Ministério da Previdência Social do Brasil)

CONCLUSÃO

Mais de um século da imigração japonesa para o Brasil e mais de duas décadas da imigração brasileira para o Japão. Nesses períodos, foi possível constatar como países tão opostos - do posicionamento geográfico aos costumes - podem ter alcançado trocas tão positivas em termos econômicos, culturais e no campo da cooperação.

Por muito tempo, o imaginário a respeito do Japão aqui no Ocidente foi algo obscuro. A vinda de japoneses para cá quebrou paradigmas sobre a população dessa nação asiática. Foi possível perceber que os japoneses, além de sérios, batalhadores, perfeccionistas, estudiosos, honestos e simples, também podem ser sociáveis, festeiros e criativos. Os japoneses aqui absorveram a cultura brasileira e de forma geral a cultura ocidental, de uma maneira autêntica, uma vez que mesclaram esse aprendizado a seus hábitos milenares e lhes deram uma nova roupagem.

No Brasil, os brasileiros souberam incorporar alguns aspectos da sabedoria dos colonos que vieram do Japão, como os saudáveis hábitos alimentares. Além

disso, passaram a ter mais uma referência pop internacional, o que foi benéfico porque até então nesse quesito eram exclusivamente centrados nos Estados Unidos. Os brasileiros ainda incorporaram ao cotidiano nacional o uso da tecnologia japonesa, cuja confiabilidade mundial aqui foi reforçada pela convivência com os imigrantes japoneses.

No Japão e no Brasil, os japoneses também puderam aprender com os brasileiros daqui ou com os que imigraram para lá. Aprenderam que os brasileiros, embora mais extrovertidos, flexíveis e bons de improviso, também são guerreiros no mercado de trabalho e na vida. Os japoneses se apaixonaram pela capoeira e pela música brasileira e aprenderam a conviver com um povo ocidental e latino, tão diferente deles.

O choque cultural entre japoneses e brasileiros foi amenizado devido ao movimento migratório nas duas vias, o que foi bom para as relações bilaterais. Mas, apesar do melhor conhecimento e das incorporações de alguns hábitos nos dois sentidos, o fato de ainda serem muito opostos também é motivo de aproximação, desde a ótica de que são sociedades e economias complementares.

Claro que ainda há obstáculos a vencer no campo das diferenças culturais. E o Brasil, de uma forma geral, não apenas com o Japão, precisa se empenhar para exportar mais do que matéria-prima. Isso não é novidade.

Mas, existe uma questão mais recente e menos abordada derivada da imigração, que se tivesse mais atenção poderia alavancar positivamente o campo das Relações Internacionais. Tem a ver com os brasileiros que foram morar no Japão.

O Brasil deveria aproveitar melhor a experiência dos *dekasseguis*, que acumulam anos de vivência e trabalho duro em um país, tão sério, tão tecnológico, tão organizado e tão admirável enquanto potência econômica, educacional, intelectual e cultural como o Japão. Afinal, os retornados ao Brasil têm obtido pouco sucesso por aqui e acabam muitas vezes reemigrando para o Japão.

Lá, tampouco têm seu potencial bem aproveitado, pois estão quase sempre empregados nas atividades pior remuneradas e pouco intelectualizadas. Apesar da barreira do idioma, os japoneses poderiam aproveitá-los mais em atividades criativas, como design, publicidade, moda, enfim, poderiam conceder melhores oportunidades, testá-los em outros postos, ser mais flexíveis. Os depoimentos de uma brasileira

residente no Japão há 23 anos, Vanessa Handa, e do cônsul-geral do Brasil em Tóquio, Marco Farani, comprovam essas constatações.

“Trabalhei em fábrica na época de escola, trabalhei como garçom, então eu entendo bem a dificuldade dos brasileiros, quando se fala em trabalho de fábrica, porque não é fácil, é uma carga horária muito cansativa. Tem que cuidar da casa, cuidar dos filhos, estudar, muitas vezes ter apenas o domingo para descansar e muitas vezes a sociedade exige que você saiba falar o japonês, que você estude, é realmente uma obrigação, é uma necessidade, mas nós temos que avaliar também as dificuldades que são de todos os brasileiros que estão aqui. Os alunos brasileiros estudam, se esforçam, almejando um futuro promissor e quando se formam não conseguem ingressar em nada porque você é um estrangeiro aqui. Adoro o Japão, um país que te dá oportunidade de você aprender a língua, oportunidade de você adquirir experiência, conhecimento, cultura do Japão, no seu dia a dia mesmo, no seu dia a dia numa fábrica. E de levar isso para o Brasil, porque é somente aqui que existe essa dedicação, essa organização”. (HANDA)

“É uma pena ver os nossos conterrâneos no Japão trabalhando em linhas de montagem, fazendo um trabalho mais básico possível, no mais baixo nível da pirâmide social ou da pirâmide trabalhista. É dessa mão de obra que as companhias precisam. Elas têm seus engenheiros, seus gerentes, têm todos eles aqui formados aqui no Japão e eles precisam dessa mão de obra o mais simples possível. Entre os brasileiros bem sucedidos, temos alguns empresários que conseguiram montar suas empresas, conseguiram crescer no comércio, alguns acadêmicos que conseguiram trabalhar em universidades. Mas em geral é uma situação muito difícil. Eles ficaram muito tempo fora do Brasil, com poucas chances de trabalho no Brasil. E aqui no Japão eles não têm chance de subir. A disciplina e o ensino são tão rígidos que você praticamente tá passando por um processo de conversão cultural. Você está deixando uma identidade pra assumir outra”. (FARANI)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias

Entrevistas:

PEIXOTO, FLAVIA. Entrevistas Brasileiros no Japão. Tóquio, Hamamatsu e Nagoia - Japão, 2013.

(A) Marco Farani, cônsul-geral do Brasil em Tóquio.

(B) Marcos Ramos, produtor cultural brasileiro residente em Tóquio.

(C) Paula Lima, cantora de Música Popular Brasileira.

(D) Waldir Rocha, capoeirista brasileiro residente na região metropolitana de Nagoia.

(E) - Irina Bokareva, imigrante russa e funcionária de telecomunicações residente em Tóquio.

- (F) Gilson Viana, organizador do Brazilian Day de Nagoia.
- (G) George Henrique Ito, neurocirurgião brasileiro residente em Tóquio.
- (H) Vanessa Handa, atendente do Espaço do Trabalhador Brasileiro em Hamamatsu.
- (I) Maria Shizuko Ioshida, presidente da Associação das Escolas Brasileiras no Japão.
- (J) Miguel Kamiunten, coordenador da Universidade Católica de Brasília no Japão.
- (K) Gisele Aoki, psicopedagoga brasileira residente na região metropolitana de Tóquio..

PEIXOTO, FLAVIA. Entrevistas Japoneses na Amazônia. Belém (PA) - Brasil, 2014.

- (A) Alfredo Roma, pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental.
- (B) Yuji Ikuta, presidente da Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira.
- (C) Kyoko Oti, diretora do Centro Educacional Kyoko Oti.
- (D) Adalberto Braga da Silva, publicitário e estudante do Centro Educacional Kyoko Oti.
- (E) Reiko Muto, professora da Universidade Federal do Pará, especialista em comércio exterior.
- (F) José Augusto Lacerda, doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Pará.

PEIXOTO, FLAVIA. Entrevistas Japoneses em São Paulo. São Paulo (SP) e Brasília (DF) - Brasil, 2014.

- (G) Cristiane Sato, presidente da Associação Brasileira de Desenhistas de Mangai e Ilustrações.
- (H) Isidoro Yamanaka, engenheiro agrônomo.

Fontes secundárias

Livros:

ARRIGHI, Giovanni. O Longo Século XX. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

HOWKINS, John. *The Creative Economy*. London: Penguin Books, 2002.

NYE, Joseph. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs, 2004.

Artigos científicos:

COELHO JUNIOR, Leconte e GONÇALVES, Gabriela. Cultura Pop Japonesa e Identidade Social: Os Cosplayers de Vitória (ES). *Psicologia Social*, vol.23, no.3, 2011. < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000300016>

LASK, Tomke. Imigração brasileira no Japão: o mito da volta e a preservação da identidade. *Horizonte antropológico*, vol.6, no.14, 2000.
< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832000001400004&script=sci_arttext>

MARCHI DE, Leonardo. Análise do Plano da Secretaria da Economia Criativa e as transformações na relação entre Estado e cultura no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, vol. 37 n.1, São Paulo, 2014.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442014000100010&lang=pt

MELCHIOR, Lirian e ASARI, Alice. A Mobilidade do Trabalho: Brasil e Japão. *Revistas da Faculdade de Ciências e Tecnologia*. Presidente Prudente, Editora Unesp, 2003.
<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/1007/1008>

SASAKI, Elisa. A imigração para o Japão. Estudos avançados, vol.20, no.57, 2006.
< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-40142006000200009&script=sci_arttext>

ROSSINI, Rosa. À Procura das origens ou a expectativa do enriquecimento rápido: o exemplo dos *dekasseguis* do Brasil em direção ao Japão. Campinas: Revista Brasileira de Estudos Populacionais, 1992.
http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol9_n2_1992/vol9_n2_1992_9notas_depesquisa_200_204.pdf

Jornais e revistas:

CUCOLO, Eduardo. Remessas de brasileiros no Japão caíram 60%. O Estado de São Paulo, 14 de fevereiro de 2014.
<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,remessas-de-brasileiros-no-japao-cairam-60-imp-,1130156> Acesso em 02 de março de 2015.

DURÃO, Mariana e TEREZA, Irany. Japonesa IHI compra 25% do estaleiro Atlântico Sul e investe R\$ 2017. O Estado de São Paulo, 12 de junho de 2013. < <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,japonesa-ih-compra-25-do-estaleiro-atlantico-sul-e-investe-r-207-mi,156390e>> Acesso em 03 de março de 2015.

ARAGUSUKU, Juliano. Cooperação Brasil-Japão atua na África. Revista Carta Capital, 04 de dezembro de 2014. < <http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/cooperacao-brasil-japao-atua-na-africa-2941.html>> Acesso em 10 de março de 2015.

Reportagens de televisão:

ANDREOLLA, Elise. Programa Brasileiros no Mundo, episódio Brasileiros no Japão, abril de 2013, TV Brasil Internacional.
< <https://www.youtube.com/watch?v=ISBYG0CYGQM>> Acesso em 15 de fevereiro

de 2015.

Sítios:

Agência Brasileira de Cooperação.

<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Conceito> Acesso em 25 de março de 2015.

Albras – Alumínio Brasileiro S.A. <http://www.hydro.com/albras/> Acesso em 20 de março de 2015.

Câmara de Comércio e Indústria Japonesa do Brasil.

< <http://pt.camaradojapao.org.br/> > Acesso em 02 de fevereiro de 2015.

Embaixada do Japão no Brasil. <http://www.br.emb-japan.go.jp/bilaterais/balanca2012.pdf> Acesso em 17 de fevereiro de 2015.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

< <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos> > Acesso em 09 de março de 2015.

Instituto Brasileiro de Mineração.

< http://www.ibram.org.br/150/15001002.asp?ttCD_CHAVE=137250 > Acesso em 24 de março de 2015.

JICA – Agência de Cooperação Internacional Japonesa .

<http://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/publications/pdf/50anos.pdf>
http://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/activities/triangular02_01.html

Acesso em 03 de fevereiro de 2015.

Ministério da Cultura. <http://www.cultura.gov.br/secretaria-da-economia-criativa-sec>

Acesso em 20 de março de 2015.

Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior.

<http://www.mdic.gov.br/sitio/>

< <http://investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1332875266.pdf>>

http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1423144482.pdf

Acesso em 10 de março de 2015.

Ministério da Previdência Social do Brasil. <http://www.mpas.gov.br/> Acesso em 12 de março de 2015.

Ministério de Relações Exteriores do Brasil.

http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5777:visita-ao-brasil-do-primeiro-ministro-do-japao-shinzo-abe-comunicado-conjunto-da-visita-oficial-de-trabalho-declaracao-conjunta-sobre-cooperacao-na-area-de-construcao-naval-para-facilitacao-do-desenvolvimento-de-recursos-offshore&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280 Acesso em 25 de fevereiro de 2015.

Museu da Imigração do Estado de São Paulo. <http://museudaimigracao.org.br/centro-de-preservacao-pesquisa-e-referencia/historico-das-imigracoes/> Acesso em 30 de janeiro de 2015.

Projeto Incorporado ao Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil.

<http://www.japao100.com.br/arquivo/nipo-brasileiros-estao-mais-presentes/> Acesso em 15 de março de 2015.

ANEXO
INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASILEIRO
JAPÃO - SÉRIE HISTÓRICA

Ano	Exportação US\$	Importação US\$	Resultado US\$ Saldo (A – B)	Resultado US\$ Corrente (A +B)
2000	2.474.443.289	2.961.268.027	-486.824.738	5.435.711.316
2001	1.989.772.872	3.063.629.127	-1.073.856.255	5.053.401.999
2002	2.102.539.124	2.347.527.813	-244.988.689	4.450.066.937
2003	2.315.631.923	2.520.542.357	-204.910.434	4.836.174.280
2004	2.774.247.229	2.868.677.376	-94.430.147	5.642.924.605
2005	3.482.616.248	3.405.021.078	77.595.170	6.887.637.326
2006	3.894.521.360	3.839.633.337	54.888.023	7.734.154.697
2007	4.321.335.071	4.609.178.991	-287.843.920	8.930.514.062
2008	6.114.519.602	6.807.014.081	-692.494.479	12.921.533.683
2009	4.269.694.690	5.367.779.845	-1.098.085.155	9.637.474.535
2010	7.140.831.782	6.986.008.440	154.823.342	14.126.840.222
2011	9.473.095.520	7.872.472.889	1.600.622.631	17.345.568.409
2012	7.955.713.348	7.735.456.108	220.257.240	15.691.169.456
2013	7.964.271.952	7.081.491.567	882.780.385	15.045.763.519
2014	6.718.600.696	5.901.801.616	816.799.080	12.620.402.312

Ano	Exportação Variação %	Exportação Participação %	Importação Variação %	Importação Participação %
2000	0,00	4,49	0,00	5,30
2001	-19,59	3,41	3,46	5,51
2002	5,67	3,48	-23,37	4,97
2003	10,14	3,16	7,37	5,22
2004	19,81	2,87	13,81	4,57
2005	25,53	2,94	18,70	4,63
2006	11,83	2,83	12,76	4,20
2007	10,96	2,69	20,04	3,82
2008	41,50	3,09	47,68	3,94
2009	-30,17	2,79	-21,14	4,20
2010	67,24	3,54	30,15	3,84

2011	32,66	3,70	12,69	3,48
2012	-16,02	3,28	-1,74	3,47
2013	0,11	3,29	-8,45	2,95
2014	-15,64	2,98	-16,66	2,58

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASILEIRO
BRASIL - SÉRIE HISTÓRICA

Ano	Exportação US\$	Importação US\$	Resultado US\$ Saldo (A – B)	Resultado US\$ Corrente (A +B)
2000	55.118.919.865	55.850.663.138	-731.743.273	110.969.583.003
2001	58.286.593.021	55.601.758.416	2.684.834.605	113.888.351.437
2002	60.438.653.035	47.242.654.199	13.195.998.836	107.681.307.234
2003	73.203.222.075	48.325.566.630	24.877.655.445	121.528.788.705
2004	96.677.498.766	62.835.615.629	33.841.883.137	159.513.114.395
2005	118.529.184.899	73.600.375.672	44.928.809.227	192.129.560.571
2006	137.807.469.531	91.350.840.805	46.456.628.726	229.158.310.336
2007	160.649.072.830	120.617.446.250	40.031.626.580	281.266.519.080
2008	197.942.442.909	172.984.767.614	24.957.675.295	370.927.210.523
2009	152.994.742.805	127.722.342.988	25.272.399.817	280.717.085.793
2010	201.915.285.335	181.768.427.438	20.146.857.897	383.683.712.773
2011	256.039.574.768	226.246.755.801	29.792.818.967	482.286.330.569
2012	242.578.013.546	223.183.476.643	19.394.536.903	465.761.490.189
2013	242.033.574.720	239.747.515.987	2.286.058.733	481.781.090.707
2014	225.100.884.831	229.137.077.886	-4.036.193.055	454.237.962.717

Ano	Exportação Variação %	Exportação Participação %	Importação Variação %	Importação Participação %
2000	0,00	100,00	0,00	100,00
2001	5,75	100,00	-0,45	100,00
2002	3,69	100,00	-15,03	100,00
2003	21,12	100,00	2,29	100,00
2004	32,07	100,00	30,03	100,00

2005	22,60	100,00	17,13	100,00
2006	16,26	100,00	24,12	100,00
2007	16,58	100,00	32,04	100,00
2008	23,21	100,00	43,42	100,00
2009	-22,71	100,00	-26,17	100,00
2010	31,98	100,00	42,32	100,00
2011	26,81	100,00	24,47	100,00
2012	-5,26	100,00	-1,35	100,00
2013	-0,22	100,00	7,42	100,00
2014	-7,00	100,00	-4,43	100,00

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil